

**A CONCEPÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM  
MONTAÑO E DURIGUETTO:**

***Uma Análise Crítica***

Felipe Mateus de Almeida\*

---

Os movimentos sociais são alvo de diversas abordagens dentro das ciências sociais e das ciências humanas. Essas abordagens muitas vezes são carregadas de problemas que envolvem desde a concepção dos autores das mesmas até seus conceitos e definições sobre o que são os movimentos sociais e quais são seus objetivos e propostas.

Nesse sentido, no presente artigo, trazemos a discussão que Montaño e Duriguetto fazem das transformações no modo de produção capitalista a partir das contribuições de David Harvey – realizando um breve

---

\* Graduado em Ciências Sociais; Mestre em Sociologia; Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Membro do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade da Universidade Federal de Goiás - GPDS/UFG.

apanhado sobre o que esse autor compreende por acumulação flexível e como ela se introduziu no modo de produção capitalista - e como essas mudanças, para esses autores, interferem na constituição dos movimentos sociais. Em seguida, fazemos uma crítica a abordagem desses autores acerca dos movimentos sociais, tendo como base autores que apresentam uma abordagem crítica sobre os movimentos sociais, diferenciando-os das lutas de classes e apresentando uma definição concreta desses fenômenos.

### **Os estudos de Montañó e Duriguetto sobre os movimentos sociais**

Montañó e Duriguetto (2011), em seu livro *Estado, Classe e Movimentos Social*, trazem um estudo sobre os movimentos sociais associando seu processo de constituição e atuação a partir das mudanças no modo de produção capitalista.

Para abordar a questão das transformações no modo de produção capitalista, esses autores têm como base os estudos de David Harvey, tomando emprestado o conceito de acumulação flexível (HARVEY, 2012).

David Harvey, em seu livro *Condição Pós-Moderna*, busca fazer uma análise das transformações na economia política do capitalismo do final do século 20, chamando a atenção para as mudanças que envolvem o mundo do trabalho, os hábitos de consumo e o poder do Estado enquanto regulador da economia. Esse autor afirma que houve uma mudança e uma transição no “*regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado*” (HARVEY, 2012, p. 117, itálicos do original).

Para fazer seu estudo, Harvey tem como base teórica a escola da regulamentação. Essa escola tem como eixo de suas concepções, dois conceitos básicos: o de regime de acumulação e o de modo de regulamentação (HARVEY, 2012, p. 117). A escola da regulamentação afirma que existe um regime de acumulação e um modo de regulamentação das relações sociais que vai fazer com que haja uma materialização desse regime de acumulação que toma forma de hábitos, leis e redes que regulamentam e garantem a unidade e a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[49]

Nesse sentido, o regime de acumulação deve ser compreendido como o modelo que gere o processo de produção, circulação e consumo das mercadorias, enquanto que o modo de regulamentação deve ser entendido como o modelo que cria as instituições que sustentam a hegemonia de um regime de acumulação, ou seja, para cada época existe um determinado regime de acumulação que é sustentado por um dado modo de regulamentação e as instituições advindas dele (Estado, modelo de organização científica do trabalho<sup>1</sup>, leis trabalhistas etc.).

A linguagem da escola da regulamentação tem duas vantagens enquanto ferramenta para se pensar as mudanças no capitalismo. A primeira se refere ao fato dela ser um recurso heurístico capaz de ajudar na compreensão das:

(...) complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista

---

<sup>1</sup> Por modelo de organização científica do trabalho compreendemos a prática de criar um sistema de gerência e coordenação do trabalho pautado em estudos teóricos e empíricos que comprovem resultados que tragam eficiência e eficácia no que tange ao processo de produção de mercadorias e geração de lucro para aqueles que detêm o capital. O taylorismo, o fordismo e o toyotismo são três modelos de organização científica do trabalho que exemplificam nossa conceituação.

altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo (HARVEY, 2012, p. 117).

A segunda vantagem refere-se ao fato da linguagem da escola da regulamentação conseguir conceituar de maneira útil “o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares” (HARVEY, 2012, p. 119). Nesse sentido, é com essa linguagem da escola da regulamentação que Harvey traz um estudo sobre o fordismo e o processo de transição para a chamada acumulação flexível.

Para Harvey (2012), a data inicial para o surgimento do fordismo é 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como forma de bonificação para os trabalhadores da sua linha de montagem automática. O fordismo deve ser compreendido em muitos de seus aspectos como mera “extensão de tendências bem estabelecidas” (HARVEY, 2012, p. 121). Ainda segundo Harvey (2012) a maneira corporativa como as fábricas

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[51]

fordistas se organizavam já vinha sendo aperfeiçoada antes do surgimento desse modelo de organização científica do trabalho no ramo das construções de estradas de ferro ao longo do século 19. Além disso, Ford fez pouca coisa além de um processo de racionalização de velhas tecnologias que envolviam uma divisão do trabalho bem executada, através da criação da esteira, que fazia com que o trabalhador não precisasse mais se deslocar de sua posição para executar uma tarefa ou buscar um determinado produto:

A separação entre gerência, concepção, controle e execução (...) também já estava bem avançada em muitas indústrias. O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) <sup>2</sup> era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema do trabalho, uma nova

---

<sup>2</sup> O taylorismo foi um modelo de organização científica do trabalho que priorizava a vigilância profunda nos ambientes de trabalho e a racionalização dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho através do controle do tempo de produção com o uso do cronômetro. Esse modelo de organização científica do trabalho ainda possuía como principais características um caráter burocrático devido à criação de cargos de gerentes científicos e uma produção centralizada e baseada no sistema *Just In Case*. Para mais informações sobre o taylorismo, o livro *Princípios de Administração Científica*, de Frederick Taylor, é leitura fundamental.

estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2012, p. 121).

Nesse sentido, o fordismo, ao contrário do taylorismo - que se preocupou em aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro, através da racionalização do tempo sem o desenvolvimento da tecnologia – buscou aumentar o lucro e a produtividade através do aprimoramento dos recursos tecnológicos (implementação da esteira de montagem automática) e, para além disso, Ford se preocupou em associar o seu modelo de organização científica do trabalho a uma política de consumo em massa para que o trabalhador pudesse gastar seu dinheiro e fomentar a economia, mantendo, assim, o capitalismo em pleno funcionamento.

De acordo com Harvey (2012), o fordismo, para se estabelecer, passou por uma série de problemas entre a primeira e a segunda guerra mundial, o que envolvia questões individuais, corporativas, estatais e institucionais. Desses problemas, o autor elege dois deles como principais fatores que impediram a disseminação desse modelo de Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [53]

organização científica do trabalho antes do final da segunda guerra. O primeiro deles referia-se a maneira como as classes sociais se organizavam e se relacionavam no capitalismo, pois em um modo de produção que é orientado por uma divisão social do trabalho que acaba gerando um processo de divisão entre as classes sociais, fica difícil sustentar a ideia de um modelo de organização científica do trabalho que se sustentava por meio da ideia que envolvia a “familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e organização do processo produtivo” (HARVEY, 2012, p. 123).

O segundo problema elencado por Harvey e que dificultou a implementação do fordismo foi a questão da intervenção estatal. Para que o fordismo e sua lógica de produção e consumo funcionassem, foi preciso que se pensasse em uma forma de intervenção estatal que fomentasse esse modelo. Com a crise de 1929 e a emergência dos Estados Unidos enquanto potência mundial

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[54]

após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, o fordismo atingiu sua maturidade:

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entreguerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transportes, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Ruhr - Reno, as terras médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de Tóquio – Yokohama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão (HARVEY, 2012, p. 125).

Para que esse crescimento no pós-guerra fosse possível, foi necessário um novo posicionamento e uma série de compromissos por parte dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista:

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2012, p. 125).

Nesse sentido, e em conjunto com as derrotas dos movimentos operários radicais que se posicionavam contra o modelo de organização científica fordista do trabalho, podemos afirmar que o terreno econômico, político e social para o controle dos trabalhadores e a hegemonia desse modelo de organização científica do trabalho estava completo.

Com a crise instaurada no período entre 1960 e 1970, em conjunto com o processo de reestruturação produtiva, a globalização e a internacionalização da economia, surge um novo regime de acumulação, o qual Harvey (2012) dá o nome de acumulação flexível. O autor conceitua a acumulação flexível como:

(...) um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[56]

processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2012, p.140).

A acumulação flexível pode ser compreendida então como parte de um atual modelo de gestão que cria uma flexibilização nos processos de trabalho, desembocando em novas maneiras de se fornecer os serviços financeiros e como uma acumulação que é responsável por uma inovação comercial, tecnológica e organizacional que transformou radicalmente as relações sociais de produção.

Na acumulação flexível, surge um novo modelo de organização científica do trabalho que é capaz de se encaixar nessa nova forma de mercado e de acumulação de capital. É com essas mudanças que, a partir da década de 70 nos países desenvolvidos e na década de 90 nos países de capitalismo tardio – como no caso do Brasil – surge o toyotismo.

O toyotismo se caracteriza como um modelo de organização científica do trabalho onde a produção é feita de acordo com a demanda do mercado. Se no taylorismo e no fordismo o que se tinha era uma produção baseada na manutenção de estoques, o que se tem no toyotismo é o inverso, pois busca se produzir as mercadorias no tempo certo e em quantidade limitada (Sistema *Just In Time*). No toyotismo, o nível de hierarquia é reduzido e o processo de produção é feito através de um sistema de comunicação visual onde se faz um registro e ao mesmo tempo informa-se cada setor da fábrica a quantidade de peças e matéria-prima necessários para a montagem de determinada mercadoria em um determinado tempo, o que dá origem ao *kanban*.

Na acumulação flexível, segundo Harvey, ocorre um enfraquecimento nos direitos sociais, na fiscalização das condições de trabalho e também surge um aprofundamento do imperialismo, através da onda transnacional.

É no regime de acumulação flexível que surge o neoliberalismo, que tem como uma de suas principais

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[58]

políticas a defesa de um estado que interfira cada vez menos na economia e nas relações de trabalho, o que acaba por desembocar em um discurso que sustente a ideia de mínima ou de nenhuma seguridade social para os trabalhadores.

O neoliberalismo e suas políticas possibilitam o avanço de projetos que atacam diretamente os trabalhadores, como é o caso, por exemplo, da terceirização e da privatização de empresas, o que faz com que muitos indivíduos acabem perdendo seus empregos e se insiram cada vez mais em relações de trabalho informais e precárias.

Nesse sentido,

(...) os traços constitutivos mais gerais desse renovado modelo de produção *flexível* (...) podem assim ser sumariados: ele fundamenta-se num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, que reduz a demanda de trabalho vivo (força de trabalho); sustenta-se em produção variada e heterogênea, visando atender às demandas mais individualizadas do mercado, diferenciando-se da produção em série e de massa do padrão fordista; em contraposição à verticalização fordista tem-se a desterritorialização da produção (...) onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[59]

preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradição de luta sindical) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 201, itálico dos autores).

Concordando com a análise de Harvey e fazendo uso do conceito de acumulação flexível, MONTAÑO E DURIGUETTO (2011) afirmam que esse regime de acumulação e o Estado de cunho neoliberal que surge em conjunto com ele, gerou três medidas capazes de “*eliminar qualquer tipo de resistência ao processo de (contra)reformas neoliberais*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 195, itálicos dos autores).

A primeira medida refere-se ao rompimento com o chamado Estado de Bem-Estar Social, o que acaba gerando o enfraquecimento dos sindicatos e das demais organizações trabalhistas. O que ocorre é um processo onde se nega o diálogo com os trabalhadores, fazendo com que se interrompa o processo de negociação com os sindicatos e, além disso, se aumente o processo de repressão contra as greves e demais manifestações dos trabalhadores em busca de seus direitos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A segunda medida é direcionada ao desprestígio da luta dos trabalhadores e de suas organizações sindicais diante da opinião pública. O neoliberalismo é responsável por criar uma cultura onde a desqualificação das demandas e necessidades dos trabalhadores enquanto classe social, torna-se essencial. As grandes empresas investem em meios de comunicação de massa para que divulguem informações onde as lutas dos trabalhadores sejam vistas como algo que causa baderna. Além disso, a linguagem ganha importância nesse processo de perda de legitimidade das lutas dos trabalhadores, pois ocupação é vista como “invasão”, manifestação é vista como “baderna” ou “caos” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A terceira medida, que é facilitada pelas duas anteriores, refere-se a desregulamentação do mercado de trabalho e a precarização das formas de emprego. Com o surgimento da acumulação flexível e das políticas neoliberais, o trabalhador acaba tendo que se sujeitar as formas de emprego precárias onde não se tem nenhuma seguridade social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Portanto,

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[61]

(...) o “projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise do avanço tecnicocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra)reforma do Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 193, negritos e itálicos dos autores).

É a partir da discussão sobre as mudanças no modo de produção capitalista e tendo como base teórica David Harvey, que Montaño e Duriguetto apresentam sua discussão sobre os movimentos sociais e sua atuação em um contexto de acumulação flexível. Os autores fazem uma discussão sobre os movimentos sociais dividindo-os em clássicos – onde falam do movimento sindical -, e em novos, os quais devem ser vistos como aqueles que tem o objetivo ou a função de “ ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como *alternativos* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[62]

de esquerda (substituindo tais lutas)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 248, *itálicos dos autores*).

Para Montañó e Duriguetto existem duas condições fundamentais para se compreender o que são os movimentos sociais. A primeira condição é a de que é preciso que se faça uma diferenciação entre movimento social e mobilização social, pois para os autores um movimento social é caracterizado por uma certa organização que possui estabilidade e formalidade, não se reduzindo a uma mera mobilização. Já a mobilização social pode ser apenas uma ferramenta do movimento social ou pode se desdobrar em outras mobilizações até formar um movimento, não significando necessariamente que ela seja uma organização e, posteriormente, se constitua como movimento social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

A segunda condição elencada pelos autores refere-se a diferenciação entre movimento social e ONG<sup>3</sup>. O movimento social é conformado pelos próprios sujeitos que

---

<sup>3</sup> A sigla ONG significa Organização Não Governamental.

possuem determinada identidade, necessidade ou reivindicação, além de um sentimento de pertencimento de classe, enquanto que a ONG constitui-se de indivíduos remunerados ou voluntários, onde sua mobilização é realizada por interesses alheios (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Nesse sentido, para Montaña e Duriguetto, os movimentos sociais devem ser compreendidos como organizações que possuem formalidade e estabilidade, sendo constituídos por indivíduos que possuem certa identidade, necessidade e reivindicação que estão associadas ao sentimento de pertencimento de classe social.

Ao analisarem os movimentos sociais clássicos no Brasil, os autores irão dizer que esses movimentos estão ligados ao sindicalismo e a luta de classes. Do fim do século XIX até os anos de 1920, três correntes políticas tiveram influência na organização e direção do movimento sindical no Brasil: a anarcossindicalista, a reformista e a dos sindicatos amarelos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

A corrente anarcossindicalista era totalmente contrária a existência de um partido político que representasse os interesses da classe operária e também era contra as eleições e o acesso a conquistas por meio da política. Essa corrente via os sindicatos como instituições revolucionárias capazes de levar a classe operária a luta por uma sociedade sem classes e sem Estado, desenvolvendo um sentimento de luta que viria das greves e conflitos ocorridos dentro das fábricas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

A corrente reformista era contra a ideia dos sindicatos enquanto órgãos revolucionários e defendia a tese de que a transformação gradativa da sociedade capitalista viria por meio da conquista de direitos oriundos da pressão sob o Estado e também por meio da via parlamentar e eleitoral (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

A corrente dos chamados sindicatos amarelos, defendia a conciliação entre o capital e o trabalho, além de uma dependência em relação ao Estado e as demais instituições (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[65]

Apesar da forte repressão estatal junto aos sindicatos mais combativos, segundo Montaña e Duriguetto, diversas greves, que posteriormente transformavam-se em revoltas gerais e insurreições, ocorreram no período entre os anos de 1917 e 1920 graças a queda dos salários e a crise econômica produzida no pós-primeira guerra:

Em concomitância à ação dos comunistas e dos anarquistas, o Estado investia na cooptação e no controle de setores do operariado e dos sindicatos, seja ampliando a influência dos sindicalistas amarelos nos sindicatos, que passaram a ser mais favorecidos (...) seja controlando-os, objetivo pelo qual foi criado, já em 1921, o Conselho Nacional do Trabalho eleitoral (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 236).

A partir de 1930 o controle do movimento operário se consolida graças a criação do Ministério do Trabalho, que incorpora os sindicatos no aparelho estatal e cria uma política que os insere como órgãos de cooperação com a máquina do Estado. Em conjunto com essa primeira mudança, em 1943, o governo Vargas cria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que fez com que diversos

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[66]

trabalhadores se filiassem aos sindicatos oficiais do Estado para que pudessem ter garantidos benefícios e direitos trabalhistas. Isso fez com que as lideranças mais combativas sofressem com o processo de busca por reconhecimento diante de suas bases (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 237).

Apesar do combate por parte do governo Vargas aos sindicatos mais combativos, ainda houve resistência até o ano de 1937, período em que os sindicatos permaneceram livres. Durante esse período de resistência, foram criadas a Frente Única Sindical (FUS); a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 237):

Ação política repressiva e a proibição às lutas dos trabalhadores e aos sindicatos autônomos, normatização de direitos e políticas trabalhistas que eram passados como concessão e outorga do Estado em vez de conquistas dos trabalhadores e o crescimento dos sindicatos oficiais tornaram as organizações sindicais espaços não de luta, mas organizações que buscavam favores e recursos junto à burocracia estatal. Os sindicatos oficiais passaram a ser os espaços dos “pelegos” e

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[67]

de ações assistenciais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 238).

Mesmo com esse processo de ação repressiva aos sindicatos combativos, segundo Montañó e Duriguetto, a resistência dos trabalhadores não acabou. No período compreendido entre 1946 e 1964, diversas entidades ligadas aos sindicatos e com interesse de representar os trabalhadores foram criadas, dentre elas a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). A ditadura implantada no Brasil acabou por frear esse processo de organização sindical, fazendo com que, através da criação de leis e decretos, os sindicatos se transformassem em centros de recreação e convivência (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 240).

Montañó e Duriguetto (2011, p. 241) irão afirmar que a redemocratização do Brasil abriu espaço para duas tendências dentro do movimento sindical no país na década 80, sendo elas a dos sindicalistas autênticos e a da unidade sindical ou reformista.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[68]

A corrente dos sindicalistas autênticos possuía uma perspectiva classista que defendia e aceitava a existência do antagonismo entre as classes sociais. Os adeptos dessa tendência combatiam os sindicatos oficiais ou do governo e faziam uma crítica ao capitalismo. Dentro dessa tendência, havia diferentes opiniões sobre o papel do sindicato enquanto representante da classe trabalhadora. Dentre essas tendências, Montañó e Duriguetto (2011), destacam o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – que tinha Lula como sua principal liderança – e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. O primeiro sindicato defendia a bandeira de que essa entidade servia de base para exercer um papel reivindicativo e negociador, enquanto que o segundo defendia a ideia de que o sindicato deveria ter como objetivo final a construção do socialismo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 241).

É a partir da confluência dessas duas tendências dentro do sindicalismo autêntico que nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT):

A CUT passou a se constituir como referência para a organização e as lutas da classe trabalhadora: pela filiação

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[69]

progressiva dos sindicatos à sua proposta; pelo papel exercido no debate político nacional; por fomentar e induzir jornadas de luta, mobilizações e greves gerais ao longo dos anos 1980 e por estar presente em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores das cidades e do campo ao longo dessa década; por participar ativamente da criação, três anos antes de sua fundação, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 242).

A tendência chamada por Montaño e Duriguetto de Unidade Sindical ou reformista era aquela que lutava por pequenas modificações na estrutura do capitalismo. Essa vertente defende a tese de que as conquistas dos trabalhadores e, conseqüentemente, os sindicatos que os representam, devem lutar pelas melhorias através dos marcos da legislação e da política vigente. Os sindicatos que compactuavam com essa corrente, partiam do princípio de que era necessário que houvesse uma conciliação entre as classes sociais visando um pacto social, ou seja, acreditavam que era possível um entendimento comum

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[70]

entre duas classes que são antagônicas: a burguesia e o proletariado. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) é um exemplo de sindicato que se encaixa nessa perspectiva (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 242).

Sendo assim, os movimentos sociais clássicos, na análise de Montaño e Duriguetto, estão sendo compreendidos como aqueles movimentos que atuavam na busca por direitos para os trabalhadores no ambiente fabril, seja por meio da luta revolucionária ou por meio da conciliação. Os autores atribuem aos sindicatos o caráter de movimento social clássico, sendo eles os principais representantes dos trabalhadores no que tange ao processo de busca e conquista de direitos.

Com a busca de alternativas para as lutas sindicais que levavam em consideração apenas a esfera produtiva e, sendo influenciados pelos processos revolucionários, as ditaduras militares e o Maio de 1968, surgem novos movimentos sociais que estavam preocupados com demandas que estavam para além das fábricas, pois “a luta operária e sua expressão no espaço produtivo fabril não conseguiu converter-se num projeto societal hegemônico

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[71]

dos trabalhadores, contrário ao do capital” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 265):

É nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados *Novos Movimentos Sociais*, como o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entre outros (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 265, *itálicos dos autores*).

Nesse sentido, os novos movimentos sociais devem ser compreendidos como aqueles movimentos que advém dos interesses que estão para além dos interesses dos trabalhadores e das lutas desenvolvidas no ambiente fabril, podendo ter como fim último a superação do capitalismo ou atuar somente no âmbito das reformas dentro da sociedade capitalista.

No Brasil, segundo Montañó e Duriguetto (2011), os novos movimentos sociais emergem a partir de um contexto ligado a uma modernização conservadora. Para os autores, essa modernização conservadora foi responsável por um processo de transformação na economia que acabou

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[72]

por excluir as classes e demais camadas subalternas do processo de participação política.

Essa modernização fez com que o Brasil se tornasse um país urbano-industrial de caráter complexo e diferenciado. Isso acarretou em um processo acelerado de assalariamento do processo econômico, o que acabou por alterar a configuração da classe trabalhadora. Além disso, houve um aumento do êxodo rural graças a tecnificação do trabalho agrícola e o desenvolvimento do agronegócio.

Junto com o processo de urbanização e o êxodo rural, veio uma política de arrocho salarial que teve como consequência a deterioração da qualidade dos trabalhadores por conta dos baixos e também devido ao descaso do governo em relação ao provimento dos direitos que envolviam o acesso aos bens de consumo coletivo. Esses problemas levaram ao aumento das favelas e ao surgimento de deficiências no provimento de serviços que envolviam o transporte público, a saúde pública, a falta de saneamento, iluminação e escolas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Em decorrência desses fatos:

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[73]

As modificações estruturais da sociedade brasileira – industrialização, urbanização, aumento das migrações, expansão das relações de assalariamento – alteraram as formas de inserção sociopolítica do operariado urbano, do campesinato, das classes médias. É nesse contexto que emerge no Brasil um *novo sindicalismo*, uma *diversidade de movimentos sociais urbanos e os movimentos do campo* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 270, itálicos dos autores).

A partir dessas mudanças no contexto brasileiro, surgem diversos movimentos sociais, os quais Montaño e Duriguetto abordam de forma sintetizada. Os primeiros movimentos sociais elencados pelos autores são aqueles que envolvem os bens de consumo coletivo. As demandas que mais se destacavam eram aquelas que se relacionavam a habitação. Além disso, o setor da saúde gerou greves e protestos, como por exemplo, a revolta da vacina. Como expressões desses movimentos sociais, destacam-se o Movimento pelo Custo de Vida e o Movimento Contra a Carestia (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O segundo tipo de luta trazido por Montaño e Duriguetto para exemplificar os novos movimentos sociais

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[74]

é a luta pela reforma agrária, tendo como principal movimento social representante dessa bandeira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST tem origem a partir das lutas envolvendo a disputa pela ocupação de terras, que se intensificou a partir de 1978. Com o processo de modernização e concentração fundiária, os conflitos agrários tornaram-se recorrentes nos estados de São Paulo e no Sul do Brasil, onde surgiu o embrião do MST. Dentro desse contexto, diversas ocupações em fazendas aconteceram e diferentes regiões do país, até que em 1981 os trabalhadores rurais envolvidos nas lutas pelo direito a terra resolveram se organizar e a partir de um encontro nacional realizado em 1984, fundar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O terceiro tipo de luta elencado por Montaño e Duriguetto que envolve são aquelas em que atuam os movimentos sociais que lutam pela questão étnica e racial. No Brasil, os autores dão destaque para o movimento social negro. Segundo eles, o Movimento Negro começou a atuar no país no final do século XIX através de jornais que

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[75]

possuíam como objetivo a denúncia contra a discriminação racial. Além disso, os textos reivindicavam a integração e participação na sociedade por meio da educação enquanto mecanismo de ascensão social. Com o fim do Estado Novo, o Movimento Negro se rearticulou, lançando manifestos e voltando a combater a discriminação racial. A ditadura no Brasil acabou por desmobilizar as entidades e lideranças negras, fazendo com que elas só voltassem a atuar em meados da década de 70 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

No Brasil, segundo Montañó e Duriguetto, o movimento feminista também teve e tem atuado de maneira contundente. As primeiras mobilizações, segundo os autores, aconteceram em 1920 e tinham como principais bandeiras o direito ao voto e uma legislação de amparo à mulher trabalhadora. Na década de 40, as mulheres participaram da luta pela redemocratização e em 1960 se fizeram presentes nas lutas em defesa das reformas de base através da participação em organizações de esquerda. O feminismo brasileiro teve início nas camadas médias da sociedade e expandiu-se por meio de uma articulação

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[76]

peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro.

MONTAÑO; DURIGUETTO (2011, p. 287), afirmam que pode se identificar três tendências dentro do movimento feminista no Brasil: um feminismo que possui uma perspectiva socialista, que compreende que a emancipação da mulher envolve a emancipação humana; um feminismo que busca a igualdade das mulheres por meio da reivindicação de direitos dentro dos moldes do capitalismo; e um feminismo pós-moderno, limitado ao culturalismo. Apesar das diferenças “o feminismo se unifica em torno de bandeiras históricas e ainda não alcançadas em muitos países como o Brasil, a exemplo do direito ao aborto legal e seguro” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 287).

No que se refere ao Movimento Estudantil, Montañó e Duriguetto irão dizer que sua atuação no Brasil se deve em grande parte a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano de 1937. Desde sua criação até a década de 50, o movimento estudantil, através da UNE, atuou em lutas importantes no cenário nacional, como por

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[77]

exemplo as mobilizações contra o Estado Novo e a campanha pelo ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o movimento estudantil tem se destacado por atuar nas lutas pelo passe livre estudantil, além de atuarem contra a corrupção nas universidades e também contra os programas que envolvem a reestruturação e a expansão das universidades federais, como foi o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado nos anos 2000, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Isso fez com que houvesse um foco de tensão dentro do movimento estudantil brasileiro, pois muitos estudantes posicionaram-se contra a UNE – que defendia a política educacional do governo – defendendo o rompimento com essa entidade de representação estudantil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Sobre os movimentos pela liberdade de orientação sexual, Montañó e Duriguetto escrevem que as organizações e lutas desse movimento começam a surgir no Brasil a partir da década de 70. Segundo os autores, o Somos foi o primeiro grupo homossexual brasileiro. Nos

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[78]

anos 80, surgem o Grupo Gay da Bahia - que teve papel importante na luta pela retirada da homossexualidade do rol de doenças e também no combate e prevenção a AIDS – e o Triângulo Rosa (fundado no Rio de Janeiro), que atuou com o objetivo de inserir o termo “orientação sexual” no rol dos impeditivos de discriminação, porém, sem obter êxito. Em 1995 ocorre a primeira Parada do Orgulho Gay e 1996, as lésbicas também começam a se manifestar, ganhando espaço dentro da causa e dos movimentos sociais pela liberdade de orientação sexual.

Além desses movimentos sociais que acima foram citados, Montañó e Duriguetto trazem outros exemplos de novos movimentos sociais que tem atuado no combate as políticas e programas do neoliberalismo, sendo eles a Via Campesina, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Fórum Social Mundial (FSM) e os Movimentos Altermundistas, dentre outros:

Há uma enorme diversidade de organizações com diferentes composições internas, objetivos de lutas e formas organizativas que se desenvolveram desde

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[79]

a resistência – primeiro contra as ditaduras e depois contra o neoliberalismo -, até a resposta aos novos conteúdos e às novas formas de dominação e exploração capitalista contidos nos programas de ajuste neoliberais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 295).

A abordagem de Montaño e Duriguetto sobre os movimentos sociais é interessante, pois parte de uma perspectiva crítica que tenta demonstrar o papel dos movimentos sociais no combate ao neoliberalismo e, em alguns casos, ao modo de produção capitalista e suas instituições e relações sociais – como no caso dos movimentos sociais denominados por eles de clássicos. Além disso, os autores apresentam uma contextualização histórica sobre o desenvolvimento do capitalismo – tendo como base os estudos de David Harvey – que ajuda a compreender o processo de luta e de desenvolvimento dos movimentos no decorrer da história.

#### **Os limites e problemas da abordagem de Montaño e Duriguetto**

Apesar dos aspectos positivos que foram elencados acerca da análise sobre os movimentos sociais

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[80]

em Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto, é preciso que se apresente alguns pontos que são passíveis de crítica na análise desses autores, o que será feito no decorrer da conclusão desse artigo.

O primeiro ponto a ser criticado refere-se a utilização do conceito de acumulação flexível. Acreditamos que o conceito de acumulação integral (VIANA, 2009) é mais adequado para se pensar o atual estágio do modo de produção capitalista do que o conceito de acumulação flexível de David Harvey que é utilizado por Montaña e Duriguetto para tratarem do desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, dos movimentos sociais.

Viana apresenta uma concepção diferente da concepção defendida por Harvey:

Ao se falar de “acumulação flexível”, “especialização flexível”, “flexibilização dos trabalhadores” e “aparato produtivo, vê-se que a palavra é utilizada em sentidos diferentes e inexatos. (...) não existe “flexibilização” do aparato produtivo e muito menos dos trabalhadores, o que existe é uma “inflexibilidade”, pois tanto o aparato produtivo quanto os trabalhadores são submetidos “inexoravelmente” e “implacavelmente” ao objetivo de

aumentar a extração de mais-valor relativo (VIANA, 2009, p. 69 - 70).

E continua dizendo que:

A expressão mais adequada a qualquer relação ou fenômeno social deve ser compatível com o “ser” que expressa. No caso da acumulação, o que se busca é concretizar uma acumulação *integral*, simultaneamente *intensiva* e *extensiva*, através da extensão do processo de mercantilização das relações sociais e da busca de ampliação do mercado consumidor, mesmo que esta busca se caracterize, em parte, pela produção personalizada, e também pelo aumento da intensificação da exploração da força de trabalho através do aumento de extração de mais-valor relativo e absoluto. (...) No caso dos trabalhadores, o que ocorre é uma *intensificação*, da exploração com a retirada de seus direitos já conquistados e da formação de um mercado de trabalho *inflexível*, em que os trabalhadores se submetem à subcontratação, ao desemprego etc. (VIANA, 2009, p.70, itálicos do autor).

O conceito de acumulação flexível analisa apenas as mudanças do ponto de vista daqueles que regulam o capital. O conceito de acumulação flexível apenas descreve as mudanças no mundo do trabalho e não faz uma análise crítica do processo de reestruturação produtiva, partindo de

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[82]

uma perspectiva dialética que analise a totalidade dos fenômenos e das relações sociais o que, conseqüentemente, faz com se tenha uma análise apenas da “aparência” ao invés da “essência” dessas mudanças e desses novos modelos de regulação do mundo do trabalho e também da sociedade e da luta de classes. Além disso, não existe para o trabalhador nenhum tipo de flexibilidade. Não existe flexibilização dos processos de trabalho e nem um relaxamento na disciplina fabril dos trabalhadores; o termo flexível é apenas mais uma tentativa da burguesia e de suas classes auxiliares de esconder o verdadeiro sentido do processo de superexploração sofrido pelo proletariado. O que se tem hoje é um processo muito maior e mais bem articulado de extração de mais-valor relativo dos trabalhadores, ou seja, um conjunto de discursos, ideias, equipamentos, materiais, leis e códigos que propiciam a burguesia uma grande facilidade para exercer o processo de exploração dos trabalhadores.

Se os autores que abordamos no decorrer do presente artigo apresentam uma análise que busca partir de uma perspectiva crítica e que esteja ao lado da classe

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[83]

proletária e das demais classes e movimentos sociais oprimidos pelo modo de produção capitalista e suas instituições, o que pode ser considerado um mérito na análise desses teóricos, eles acabam cometendo um equívoco ao utilizarem o conceito de acumulação flexível pelos motivos citados nos parágrafos anteriores dessa conclusão.

O segundo ponto a ser criticado na análise desses autores é a confusão que eles fazem ao dizer que os sindicatos - que muitas vezes dizem representar os interesses da classe trabalhadora – são movimentos sociais, pois,

Os movimentos sociais são diferentes dos movimentos políticos das classes sociais. Os movimentos sociais possuem como base grupos sociais e não classes sociais. A luta de classes gira em torno das relações de produção e as lutas dos movimentos sociais giram em torno de questões específicas relacionadas aos grupos sociais que lhe dão sustentação e só combatem diretamente as relações de produção quando surgem momentos históricos de acirramento das lutas de classes ou então quando um movimento social específico possui uma consciência revolucionária (com exceção daqueles movimentos que

defendem tais relações) (JENSEN, 2014, p. 134).

Nesse sentido, os autores cometem outro equívoco ao dizer que os sindicatos – que são entidades que atuam apenas no âmbito das relações de produção – são movimentos sociais. Os movimentos sociais atuam em torno de questões específicas relacionadas aos grupos sociais que o sustentam, sem que muitas vezes essas questões estejam ligadas a luta de classes ou a superação do modo de produção capitalista e suas instituições.

Os sindicatos são organizações burocráticas e não movimentos sociais. Enquanto organizações burocráticas possuem interesses próprios que são distintos tanto dos trabalhadores que dizem representar quanto de qualquer grupo social. Além disso, o discurso de autolegitimação dos sindicatos remete aos trabalhadores e não a grupos sociais.

O terceiro ponto a ser criticado na análise de Montañó e Duriguetto está relacionado a questão da divisão entre “movimentos sociais clássicos” e “novos movimentos sociais”. Os autores dizem que o movimento sindical pode ser considerado um movimento social clássico e que os

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[85]

movimentos sociais ligados a questão estudantil, a questão racial, a questão de gênero, a questão da moradia e a questão do direito a terra, podem ser chamados de novos movimentos sociais.

Essa afirmação é problemática, pois,

Os múltiplos movimentos sociais do Ocidente, do Sul e do Leste que hoje em dia são denominados “novos” constituem, com raras exceções, novas formas de movimentos sociais que existiram através dos tempos. (...) os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos/nacionalistas, religiosos e até de mulheres/feministas, existiram durante séculos e até milênios em muitos lugares do mundo (FRANK & FUENTES, 1989, p. 20 – 21).

Nesse sentido, é preciso que se compreenda que os chamados “novos movimentos sociais” não são novos, pois suas mobilizações muitas vezes advêm de um passado distante. O movimento negro no Brasil atua em favor da igualdade racial e do fim da discriminação. Isso é uma herança de uma época em que o país vivia no período escravagista e os negros muitas vezes se revoltavam e fugiam para os quilombos. Da mesma forma, as mulheres

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[86]

em determinada época não podiam usar roupas curtas ou se manifestarem, sendo punidas até com a morte. Hoje, apesar das várias conquistas que o movimento feminista adquiriu, as mulheres ainda buscam a igualdade salarial e o direito ao aborto, que é uma prática que muitas vezes, para aquelas que a praticam, é punida com sanções morais e até com a restrição da liberdade.

O quarto ponto a ser criticado na abordagem de Montaño e Duriguetto envolve a definição que eles dão aos movimentos sociais. Falta clareza na definição desses autores sobre o que são os movimentos sociais, pois o que eles fazem é apenas citar duas características dos movimentos sociais – dizendo que eles são diferentes de mobilizações sociais e que não são ONGs -, ao invés de trazerem um conceito claro de movimentos sociais.

Para solucionar essa questão, acreditamos que o conceito de movimentos de sociais proposto por Viana (2016), é capaz de dar uma definição clara sobre o que são esses fenômenos. Para esse autor,

Os movimentos sociais são mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[87]

insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social. Um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidos com ele, mas que são partes ou derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações, etc. (VIANA, 2016, p. 48).

Com essa definição, podemos compreender que os movimentos sociais derivam de grupos sociais que geram mobilizações a partir de um sentimento de pertencimento a determinado grupo. Um grupo social só se transforma em movimento social quando há uma insatisfação social por conta de demandas, necessidades e interesses que os membros do movimento social julgam serem importantes. Um movimento pode se desmembrar em diversas ramificações que muitas vezes podem ser de caráter conservador, reformista ou revolucionário.

### **Conclusão**

Apesar de apresentar alguns pontos positivos que foram elencados em páginas anteriores a essa conclusão, a abordagem de Montaño e Duriguetto apresenta diversos problemas e, nesse artigo, apresentou-se alguns deles com

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[88]

o objetivo de se propor o debate e ao mesmo tempo tentar apresentar uma discussão que seja capaz de deixar mais claro o que são os movimentos sociais.

Com isso, acreditamos ter chegado ao objetivo proposto no início desse texto: apresentar uma crítica à definição de Movimentos Sociais dos autores que nos propomos a estudar e, ao mesmo tempo, buscamos apresentar uma definição de movimentos sociais que julgamos ser a mais correta para se interpretar os movimentos sociais na realidade atual.

### Referências

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez Teses Acerca Dos Movimentos Sociais. In: *Revista Lua Nova*, N° 17, São Paulo: Jun./ 1989, p. 19 – 48.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

JENSEN, Karl. Teses Sobre Os Movimentos Sociais. In: *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, N° 1, jan./jun. 2014.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [89]

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

**Resumo:** o presente artigo traz uma discussão sobre os limites e problemas da concepção de Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto sobre os movimentos sociais.

**Palavras – Chave:** Movimentos Sociais; Sociologia; Crítica

**Abstract:** the present article brings a discussion about the limits and problems of the conception of Carlos Montaña and Maria Lúcia Duriguetto about the social movements.

**Keywords:** Social Movements; Sociology; Criticism